

## Poética da malandragem: *Memórias de um gigolô*, de Marcos Rey

Jean Pierre Chauvin\*

**RESUMO:** *Memórias de um gigolô*, publicado em 1968, marca o início do regime militar no Brasil, enquanto retoma a “literatura urbana” de melhor qualidade. Protagonizado por um malandro que relembra o Leonardo (*Memórias de um sargento de milícias*) de Manuel Antônio de Almeida, o romance de Marcos Rey tem algo do sarcasmo machadiano e do deboche barretiano. Estilisticamente, está mais próximo dos malandros criados durante nosso romantismo e realismo que de Marques Rebelo, Rubem Fonseca ou Paulo Lins.

**PALAVRAS-CHAVE:** Marcos Rey, *Memórias de um gigolô*, Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis.

**ABSTRACT:** *Memórias de um gigolô*, published in 1968, marks the beginning of the military regimen in Brazil, while it retakes a better quality “urban literature”. Led by one smart guy that remakes Leonardo (*Memórias de um sargento de milícias*) by Manuel Antonio de Almeida, Marcos Rey’s novel has something of the Machado de Assis’ sarcasm and Lima Barreto’s debauch. In a stylistic point of view, it is closer to the figure created by our romantic or realistic writers and distant from Marques Rebelo, Rubem Fonseca or Paulo Lins.

**KEYWORDS:** Marcos Rey, *Memórias de um gigolô*, Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis.

“O pior é isso, ter que justificar a miséria, explicá-la, catalogá-la e depois pedir desculpas.”

(*Memórias de um gigolô*, p.140)

---

\* Professor doutor pesquisador na Faculdade de Tecnologia (Fatec) – São Paulo (SP).

### I

Marcos Rey estreou na literatura em 1953, aos 28 anos, e só parou pouco antes de morrer (1999). Escritor

versátil – do romance de tipos paulistanos à literatura infanto-juvenil, repleta de aventuras e mistérios –, a verve é um dos traços mais marcantes em seus livros. Polígrafo como Machado, o autor

ganhou renome graças às suas crônicas semanais, que revelavam meandros pouco visitados de S. Paulo [...]: o olhar voltado para a cidade e os seus mistérios, a acuidade na percepção e fixação dos tipos humanos mais representativos do jeito de ser paulistano, expressos numa linguagem desataviada, colhida na fonte popular, repassada de sentimento e empatia pelos humildes, como uma espécie de Balzac dos humilhados e ofendidos, dos marginais, dos boêmios. (Moisés, 2001, p.357)

Publicado há quatro décadas (1968), *Memórias de um gigolô* é obra cativante, produzida por um escritor reconhecidamente habilidoso em termos de invencionice, multiplicidade de temas e enredo, verificados na notável articulação dessa trama.

Mariano é um dos grandes protagonistas da chamada “literatura urbana”, que teve início em nosso romantismo, com Manuel Antônio Almeida (*Memórias de um sargento de milícias*, 1855), refinou-se com o realismo de Machado de Assis (*Memórias póstumas de Brás Cubas*, 1881) e o naturalismo de Aluísio Azevedo (*O cortiço*, 1890). O tema também foi cultivado por Lima Barreto (*Numa e a ninfa*, 1915), Marques Rebelo (*Marafa*, 1935) e Cyro dos Anjos (*O amanuense Belmiro*, 1937).

É curioso que de tempos em tempos a ambígua figura do malandro (seja ele carioca, seja paulistano) ressurgue – nítida e escorregadia –, em meio a enredos da melhor qualidade. É notória a identificação entre esse verdadeiro arquétipo nacional e seus variados tipos com o elemento urbano. Em certos momentos, o narrador Mariano lembra o sexagenário Gonzaga de Sá, de Lima Barreto:

Gostava do mar, porém meu amor era pela cidade. Sou um homem metropolitano, o maior inimigo, em todo o Bra-

sil, da moda de viola. Fosse eu ditador, o que pode acontecer de imprevisto a qualquer cidadão sul-americano, exilaria os repentistas para a Austrália, trancafiaria nas masmorras todos os caipiras do rádio e proibiria definitivamente o culto ao boitatá. (Rey, 2001, p.72-3)

Mais recentemente, *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, parece ter reavivado as narrativas que dão lugar de proeminência à malandragem e à violência. Colocados sob essa óptica, e por isso mesmo, os livros mencionados não devem ser encarados como parte de um esquema simplista. As datas aqui lembradas – 1854/55 (Leonardo); 1881/82 (Brás Cubas); 1935 (Teixeirinha); 1968 (Mariano) e 1997 (Inferninho) – parecem indicar a existência de ciclos literários, protagonizados por sujeitos à margem das normas de conduta.

As *Memórias de um sargento de milícias* ambientam-se no Rio de Janeiro, ao tempo da chegada da família real, fuga de Junot. Já *Memórias póstumas de Brás Cubas* retrata, do ponto de vista de um malandro de classe, os anos que antecederam o fim da escravidão ao longo do Segundo Império. *Marafa* revela o subúrbio do samba ao crime, que desponta em meio às obras de constante re-urbanização do Rio de Janeiro. *Memórias de um gigolô* nasce com a ditadura. *Cidade de Deus* lembra ao leitor a violenta face dos excluídos e marginalizados em meio ao chamado “poder paralelo” à autoridade oficial.

## II

Certos elementos de nossa história permitiriam reparar que cada romance protagonizado por malandros retrata épocas marcantes, nodais da política brasileira. Convivendo com homens simpáticos à direita e à esquerda, Mariano ganha e perde ao sabor das ideologias, como se ignorasse o alcance de sua própria experiência: “Minha carreira de cantor sindical terminou coincidentemente com a queda do Estado Novo em 1945” (ibidem, p.131).

Alternando doses de humor e ironia, graça ou tragédia, determinados autores tiram certos assuntos debaixo do denso tapete verde e amarelo. Os ingredientes a mover tais composições são os indivíduos ignorados pelo senso comum, com ou sem escola. Tais figuras parecem diluídas nas promessas de governantes conciliatórios. Não há dúvida de que, nesses casos, o papel do livro também é registrar o outro lado das farsas políticas que vigoram neste país desde a colônia.

No Brasil, Império ou República, diante dos suspeitos índices que supõem medir o analfabetismo e o poder aquisitivo, abordar a marginalidade também propiciou uma literatura pouco ou nada romântica, bem afastada das atuais estantes com livros de auto-ajuda.

O malandro algo ingênuo de Manuel Antônio de Almeida; os cínicos de Machado de Assis; os oportunistas de Aluísio Azevedo e Lima Barreto; os sujeitos desajustados e remediados de Marques Rebelo, Cyro dos Anjos e Marcos Rey; os bandidos de Paulo Lins, todos sentem, fazem ou ilustram os avanços e retrocessos de uma sociedade carente, vitimada pela violência e corrupção ostensiva de governantes omissos.

É bem verdade que os tempos e homens são outros, por isso o malandro esperto cedeu lugar à malandragem de ofício. Por esse motivo, João Cezar de Castro Rocha (2004) sentia necessidade de atualizar a *dialética da malandragem*, proposta por Antonio Candido em 1970:

As teorias de Candido e de DaMatta esclarecem formas particulares de mediação social, com base sobretudo no contato pessoal e no universo do favor, moedas correntes no idioma próprio da dialética da malandragem e da ordem relacional. Mas em que medida essas abordagens ainda constituem um modelo de interpretação válido para o Brasil contemporâneo? É indiscutível a permanência da lógica do favor como motor da vida social.

Paralelamente à evolução do malandro/marginal, no âmbito da representação literária, há o acompanhamento

à meia distância da crítica. O ponto alto foi demonstrado por Antonio Candido (2004, p.32), cujo ensaio, a despeito da hipótese de Castro Rocha, continua sendo ponto de partida obrigatório para uma segura e aproximação desse poderoso arquétipo nacional, entre os “pólos da ordem e da desordem”.

Inegavelmente, o malandro evoluiu. E sua configuração também: basta ver a linguagem neo-realista do contista e romancista Rubem Fonseca e de Paulo Lins. A questão é que as narrativas pouco sutis, pautadas pela crueza das falas e gestos das personagens, podem ser vistas como catalisadoras do grotesco e mesmo do bizarro. Determinadas obras parecem mais exercícios ideológicos que estéticos. Estão marcadas por uma “narrativa brutalista”, de que fala Alfredo Bosi, ao comentar o conto brasileiro contemporâneo.

Não custa lembrar que se a classe média escorrega entre ideologias opostas, a figura de certos malandros oscila em sua própria camada. O movimento não impede o seu acesso, ainda que artificial, aos demais grupos, graças ao pânico que provoca em uns e o favor que obtém de outros.

Evidentemente, o tom de Marcos Rey está longe da opressão do “percor” (perfurar e cortar), decifrada pelo advogado Mandrake, de Rubem Fonseca (1983, p.66); e dos gritos de ordem “– Fica aí, rapá!” de Paulo Lins (2002, p.169). Nas memórias nem tão a sério do gigolô e histrião Mariano, o que seria um drama vem abrandado pelo caráter lúdico. Em *Memórias de um gigolô*, portanto, a malandragem continuava no meio, não no extremo.

A auto-avaliação que faz o gigolô é contundente e também nos leva de um pólo a outro, como se identificados com o protagonista, em maior ou menor medida: “Fiz o que pude, ora sem tostão, ora com dinheiro que caía do céu, mas passando à distância das fábricas e de todo lugar onde se trabalha no duro. Já pensaram no que seria de mim se fosse obrigado a produzir rolimãs e esquadrias metálicas?” (Rey, 2001, p.5).

A tese de Antonio Candido a respeito das *Memórias de um sargento de milícias* ajuda a mostrar as diferenças entre Leonardo (Manuel Antônio de Almeida) e Mariano (Marcos Rey):

Mais coerente com a vocação de fantoche, Leonardo nada conclui, nada aprende; e o fato de ser o livro narrado na terceira pessoa facilita esta inconsistência, pois cabe ao narrador fazer as poucas reflexões morais, no geral levemente cínicas e em todo caso otimistas [...]. (Candido, 2004, p.21)

Para o leitor, o acesso à consciência de Mariano pode ser mais fácil. *Memórias de um gigolô* – diferentemente de *Memórias de um sargento de milícias* –, vem narrado em primeira pessoa e o protagonista é uma espécie de memorialista. Um homem de relativa autocrítica que aprecia tecer comentários sarcásticos sobre suas vítimas e lembrar, saudoso, os amores e golpes que aplicou.

Fazendo a narrativa deslizar, o malandro – descontados os diferentes comportamentos, graus de criminalidade e violência – lembra um ser ágil e sorrateiro, capaz de se camuflar socialmente, do terno ao samba-canção. Às vezes, ele nos assalta, escapando à condição de *Homo fictus*, proposta por Forster (2005, p.80). Sucessor à altura de Leonardo e Brás Cubas, Mariano retoma a tradição de provocar quem o lê: “Lu era assim, gostava das pessoas. Muito diferente, leitor, de você, por exemplo, que só gosta dos familiares e pensa que já faz muito” (Rey, 2001, p.118).

De modo geral, o malandro é hábil no trato com ladrões, cafetinas, prostitutas, donos de escolas de samba, empresários, credores do aluguel, donos de bares, bicheiros e políticos, como se percebe na trajetória instável do Teixeira (Marrafa), de Marques Rebelo (2003, p.18): “Se a vida encrencava, o que acontecia freqüentemente, Teixeira não pestanejava – passava o calote bonito no senhorio e mudava-se para outro quarto”.

Paradoxal por excelência, ficou dito que o malandro responde por certo contato, ainda que à revelia, entre as

classes. Não se trata de integração, já que os contatos são superficiais e instantâneos. Na medida de sua oscilação social, por sua vez, enquanto representa um canal entre seu grupo social com as classes intermediárias e a elite, é um dos principais desagregadores de sua própria camada, tornando-o duplamente ambíguo, sem fixidez.

De uma vista panorâmica de nossa literatura, cabe perguntar se tais figuras nascem espontaneamente. Seriam protagonistas originais, concebidos de tempos em tempos? Ou resultariam de um projeto tácito dos autores de diferentes gerações, dispostos a perpetuar a sobrevivência dos tipos? Cada malandro aparece emblematicamente, como uma voz alternativa ao poder instituído, em meio aos picos de crise institucional no Brasil.

De qualquer modo, não se deve desprezar o interesse do público leitor nas façanhas de Leonardo, publicadas quinzenalmente pelo satírico Manuel Antônio de Almeida, em meados do século XIX. Afinal, o que leva um escritor canônico a fazer de seu protagonista o ocioso e cínico Brás Cubas? O que explica Marques Rebelo ter vencido o concurso Machado de Assis, em 1935, com um romance de dupla narrativa, entre um homem de bem (José) e o perverso Teixeira? Por que, afinal, *Memórias de um gigolô* e *Cidade de Deus* – com tons absolutamente díspares, do cinismo à brutalidade – tornaram-se filmes de grande sucesso?

O fato é que as representações do malandro, escritas ou encenadas, têm leitura ou audiência garantida. Em certa medida, tais personagens fascinam, pois nos aproximam de nossas próprias inquietações. Recusando ou aceitando suas atitudes (das mais infantis e inocentes às mais cruéis e violentas), diante do malandro pode-se dizer, com uma súbita moral, cristã ou não, algo como: “não sou *exatamente* assim; eu não agiria *desse* modo”. Afora certo grau de identificação/não-identificação (aceitação/recusa) com o malandro dos livros ou das telas, leitores e telespectadores parecem reconhecer em tais figuras escapadiças, traços típicos e espontâneos: brasileiros.

No romance de Marcos Rey, Mariano aprende a enagnar e trapacear desde cedo, pelos trabalhos fora-da-lei da tia Antonieta, sua única referência familiar. “Se houvesse clientes, eu, com o dedo nos lábios, pedia que entrassem no minúsculo quarto de empregada e lá permanecessem com a respiração suspensa. E ainda soltava algumas galinhas pela casa para dar à polícia uma atmosfera doméstica e inocente” (Rey, 2001, p.6).

Talvez o que fascine, em sua figura, seja determinada postura corajosa que não tomamos ou não publicamos, ao menos. O cinismo, a velhacaria e a negociata, por meio de uma poderosa lábia, no fim das contas, parecem justificáveis. *Ora, num país desses, só roubando*. Quem nunca disse ou escutou algo do gênero?

Um sintoma de que somos cativados pelo malandro está no fato de torcermos para ele se dar bem, no final. Influência da indústria cultural maniqueísta, com sede em Hollywood? Se assim for, o local da máxima subversão cultural continua sendo por aqui, antropofágicos que somos.

### III

Marcos Rey é um habilidoso contador de histórias. Das primeiras enrascadas, como sobrinho de Antonieta, às regalias na casa das meninas de Madame Iara, dá gosto ler as peripécias de Mariano. *Memórias de um gigolô* é um livro arquitetado por meio de narrativa coesa, sem furos, como se a história tivesse sido longamente planejada, embora escrita para ser lida num só ritmo e golpe. Sua prosa está algo próxima, estilisticamente, da narrativa machadiana:

O mais curioso e excitante era um negócio chamado motomania: andar sempre, sem parar, sem roteiro nem desejo de voltar para trás. Pareciam pernas alheias, postças ou mecânicas que me levavam para os lugares mais distantes, mesmo estradas rodeadas de favelas. (ibidem, p.215)

É também como pseudo-autobiografia que o romance de Marcos Rey lembra *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

São comuns a Brás e Mariano o cinismo imperioso, emolurado por essas personalidades volúveis e narcisistas. Ao egoísmo supremo se liga a aversão ao trabalho e às demais balizas da convenção social, como o casamento. Acrescente-se o tédio ante o cotidiano regrado e sem surpresas e descaso frente aos demais. “Bem-apegoado, o homem que escolhemos como vítima” (ibidem, p.54).

*Memórias de um gigolô* também se liga a *Memórias de um sargento de milícias* pela linguagem imediata, permeada de expressões da época, a agilidade da narrativa e a habilidade de ambos os escritores em criar uma atmosfera de suspense – típica e não exclusiva dos folhetins.

É certo que do único romance de Manuel Antônio de Almeida só ficou o gênero. Como se sabe, as “memórias” correspondiam a um gênero ainda em voga no século XIX, voltado à narrativa de fundo histórico. Logo, os percalços de Leonardo (filho de Leonardo Pataca, sem valor) foram contados na terceira pessoa por um narrador que dialoga constantemente com o leitor, antecipando o hábito adotado por seu sucessor Machado de Assis.

Acima de tudo, a primeira representação do malandro se liga a outra tradição, o nascimento do jornal brasileiro: “para compreender um livro como as *Memórias* convém lembrar a sua afinidade com a produção cômica e satírica da Regência e primeiros anos do Segundo Reinado [...]” (Candido, 2004, p.25).

Outro traço comum e notável a esses romances, separados por mais de um século e dois impérios, é a habilidade de Manuel Antônio de Almeida e Marcos Rey em articular numerosos episódios, envolvendo o vaivém de diversas personagens. Ambos são pontuados por peripécias hilárias com que os protagonistas e coadjuvantes conquistam nossa cumplicidade, simpática aos fracos. Por serem os fracos de tal condição? Por que vencem, à sua maneira, os fortes, iguais ou ainda mais desonestos?

A meia-distância entre *Marafa* (1935) e *Cidade de Deus* (1997), o livro de Marcos Rey afasta-se de um e outro na proporção que se aproxima de *Memórias de um*

*sargento de milícias* e *Memórias póstumas de Brás Cubas*, escritos no século XIX.

Em *Memórias de um gigolô* não há tanta violência direta e sangue frio, nem é tão palpável a miséria em que vivem as personagens. O que prevalece, na forma de seu discurso, é certa atmosfera animada, numa escrita que ora diverte com episódios cotidianos, ora alerta, sem aviso, para o caos nacional.

Além das peripécias de Mariano-personagem (que o aproxima ora de Leonardo, ora de Brás Cubas), há certo gosto do Mariano-narrador pelos limites do texto: reescrita algo cerebral, já que ao registrar, reflete sobre o que já viveu. Ao mesmo tempo, revela suas habilidades dramáticas e percebe o que também há de artificial e ridículo nos homens poderosos:

Ele saltou de pé, teatralmente. Também tinha os seus truques.

– Vou me casar com sua noiva.

Levantei-me e corri para a janela aberta. Ia lançar-me pelo espaço vazio e espatifar-me na rua. O velho (como era de se esperar) conseguiu deter meu tresloucado gesto.

– Quero matar-me – anunciei no peitoril.

– Não faça isso, jovem.

– Faço.

– Quem vai morrer sou eu.

– Sua vida é mais preciosa do que a minha. Sou um João-ninguém. Só tenho Lu, mais nada. Largue-me. Vou arrebentar-me lá embaixo.

Para refrear meu entusiasmo, ele usou de um forte argumento.

– Estamos no térreo. (Rey, 2001, p.110)

A faceta cômica não impede ao narrador tecer observações críticas a respeito de certos traços do paulistano, metonímia do brasileiro explorado e explorador. Justamente o princípio dicotômico que parece mover o próprio Mariano. Em alguns momentos, a própria narrativa parece contagiar-se por diversas acepções de algumas palavras, versáteis como o próprio narrador: “Fomos seguindo as costas,

as maravilhosas costas brasileiras. Eu peguei uma *onda* de tomar martíni, mas não perdia o senso da realidade” (ibidem, p.182, grifo meu).

Do protagonista, sabemos que dentre suas inúmeras atividades – de escriba (num país de analfabetos) a vendedor (na cidade que mais se expandia) –, muitas delas foram marcadas pelo acaso e o oportunismo deste eterno gigolô multi-tarefas, amante e cúmplice da maruja “Lu”, que conhecera na casa de Madame Iara. Aliás, é lá que ele amadurece sexualmente:

Gostaria que alguma madre superiora assistisse à epopéia hidráulica daquele banho para avaliar como está superado tudo o que se diz, inadvertidamente, sobre educação e formação dos jovens. Urge uma revisão imediata em matéria tão importante, o que talvez nos colocasse em posição de vantagem e inveja entre os países subdesenvolvidos. (ibidem, p.21)

Como a justificar ou reforçar a aura de mistério da enigmática tia Antonieta, com suas previsões a respeito do perigoso triângulo envolvendo Lu, Mariano e Esmeraldo, nada conhecemos a respeito dos pais do gigolô. Também apenas assistimos seus sobrevôos pelos estudos e instabilidade nos diversos empregos. Isso significa estarmos diante de um *bildungsroman* às avessas, como já acontecera no romance de Manuel Antônio de Almeida, no século anterior. De acordo com Mariano:

Devo a ela [à tia Antonieta], ainda, minha iniciação cultural: foi nos seus almanaques que aprendi a ler e a interessar-me pelos mistérios da ciência ao lado dos versos dos poetas antigos. Aos doze anos, já sabia tudo sobre balões, telégrafo sem fio, fonógrafos e pianolas. Também já sabia que Casimiro de Abreu e Álvares de Azevedo haviam morrido tuberculosos, provavelmente devido à masturbação. (ibidem, p.10)

Ainda quanto à sua formação, em certa altura, o protagonista recorda-se do período em que foi escoteiro:

“Quanto ao cantil, conservo-o até hoje em meu museu particular, que espero seja um dia aberto à visitação pública, sob a tutela do governo federal ou da Universidade Católica” (ibidem, p.27). O fato é que se trata das memórias de um homem e seu principal ofício: gigolô. “Passei a ser o escriba oficial e definitivo do bordel. Redator de prostíbulos foi com efeito meu primeiro emprego” (ibidem, p.22).

O nome (Mariano) nos é apresentado apenas nas linhas finais. Daí a pergunta inevitável: por que todos têm nome e paradeiro, enquanto a principal personagem não? Assim como o Leonardo sem sobrenome (*Memórias de um sargento de milícias*), o Teixeira (Marafa) e várias figuras de *Cidade de Deus* (Inferninho, Cabeça de Nós Todo etc.), a ausência de nome ou sobrenome configura um semi-anonimato. Sabemos a respeito do homem, mas não podemos identificá-lo ou classificá-lo socialmente. “Não sei quem me chamou primeiro de *Mon Gigolo*; quem ouviu foi um garçom que o repetiu por brincadeira” (ibidem, p.147).

Essa condição favorece enxergar o gigolô numa esfera aquém ou além das convenções sociais. Ao mesmo tempo, sugere que seu tipo seja comum (por isso o nome de nada ajudaria) e suas peculiaridades ultrapassariam a fixidez do registro civil. A falta de nome também justifica a absoluta instabilidade em que vive o protagonista. Anônimo porque é um paulistano pobre, infenso aos padrões da burguesia nascente que estuda, trabalha, casa e deixa herdeiros? Sempre há os atalhos: “Tornei-me freqüentador de bibliotecas e livrarias, convicto de que a cultura daria maior brilho aos meus bate-papos no clube” (ibidem, p.106). A seu lado, está uma mulher igualmente à margem da sociedade:

Certo dia de 1937, ou não, madame Iara recebeu uma nova afilhada, uma maruja que passou a estimar com todo o seu coração de mãe e caftina. Chamava-se Guadalupe, a Virgem de Guadalupe, ou simplesmente Lupe, ou ainda Lu, para os preguiçosos. (ibidem, p.37)

Entre lances de algum azar e muita sorte, dois sentimentos marcam a vida desse *bon vivant* desposuído: o amor

por Lu e o temor de Esmeraldo – respectivamente, a Dama de Ouros e o Valete de Espadas, (pré)vistos pela tia Antonieta nas cartas, às vésperas de sua morte. O retrato de Esmeraldo, primeiro amor de Lu, talvez seja o melhor e mais completo do romance:

O Valete de Espadas (só podia ser ele, sim, era ele, estava na cara, fugitivo de um baralho velho) foi entrando ereto e sem problemas. Vestia-se de branco, sapato de duas cores, colarinho engomado, gravata estreitinha, com prendedor ostensivo, abotoaduras de ouro falso, cabelos empastados de vaselina, nariz aquilino, magro e ágil, pisada enérgica. Quando se voltou, vi-o de frente: dentes amarelados, bigodinho bem-tratado, brilhante, costeletas, e a inconfundível cabeleira a jaquetão dos gigolôs manjados. Seus sapatos novos rangiam no assoalho carunchado. (ibidem, p.38)

Irresponsável e inseqüente, a trajetória de um protagonista anônimo equivaleria, em parte, à vida alheia de muitos de nós, registrados ao nascer, empregados só funcionais, maridos por vezes hipócritas, ambiciosos, mas desconhecidos dentro dos limites de nosso bairro. “Realmente eu não sabia o que queria ser. Aliás, sabia, sim. Não queria ser nada” (ibidem, p.35).

Ocasionalmente o nome resvala para certa abstração, fruto da ética de pedra dos homens, desejosos por serem reconhecidos em sua individualidade, com número do registro geral, emprego, propriedade, bens, família e crença. Ao final das contas, objetivos similares aos de um gigolô, por meios naturalmente diversos: “Teve início a humilhante procura de emprego” (ibidem, p.75).

#### IV

A atmosfera alegre predomina nos 32 capítulos, mas diminui à medida que Mariano, com ou sem Lu, adentra os territórios da elite paulistana: clubes, navios e empresas de grande porte. As regalias vão e voltam: “O vice-presidente chamou-nos à diretoria e disse-nos que estava-

mos expulsos do clube, que se arrogava o direito de nos devolver o dinheiro das jóias. [...] Isto posto, retiramos” (ibidem, p.117).

De certa forma, nas relações que trava com Gumerindo (clube) e Franco (navio/empresa), percebe-se que não há grandes diferenças de caráter entre o gigolô e seus “protetores”, providencialmente enfeitados por Lu, a antiga bailarina mascarada das boates de São Paulo. “Por acaso, esqueci-me de dizer que aquele advogado era calvo? Não é importante o detalhe, mas as estatísticas do Gallup provam que a calvície torna os homens mais sensíveis às artes, às benemerências e ao amor” (ibidem, p.62).

A instabilidade marca a trajetória desse malandro-gigolô, com sua cultura de almanaque e alguns livros, o contato com diversos grupos sociais e o convívio artificial em estabelecimentos de luxo. “Diante de Gumerindo eu me mostrava um rapaz distraído e sob qualquer pretexto saía da mesa para que ele pudesse conversar com Lu, sem empecilhos” (ibidem, p.103).

A derrocada financeira e a instabilidade emocional envolvem a decadência a que chegou um homem experimentado e versátil, mas sem garantias. No ano em que se completam o primeiro centenário da morte de Machado de Assis e os quarenta anos da publicação de *Memórias de um gigolô*, a autobiografia de Mariano recende ao humor e egoísmo de um perdulário, ora abaixo, ora acima das leis que ninguém cumpre:

A vida não estava sopa e imaginei os apuros que passaríamos sem a pensão que o advogado nos concedia. Éramos jovens, inexperientes e não contávamos com nenhuma subvenção do governo. Sendo assim, premidos pelas circunstâncias, tínhamos que recorrer ao auxílio dos particulares. E não há quem não abençoe o generoso coração paulistano, que há séculos organiza rifas e promove chás beneficentes para o sustento dos menos afortunados. (ibidem, p.68)

Não bastasse o estilo de Marcos Rey lembrar o de Machado, o próprio narrador reforça a semelhança ao fi-

nal do romance, reafirmando uma pretensão, por sinal, digna de Brás Cubas:

Eu levava-lhe revistas e dava-lhe notícias do sr. Franco. Com a ausência da minha senhora, ele tornou-se o maior casmurro a bordo. E também o maior engolidor de uísque e *sours*. A tal ponto que resolvi apelidá-lo de Dom Casmurro, em homenagem ao meu colega de letras Machado de Assis, escritor carioca, autor de vários e excelentes livros sobre a arte e prática da masturbação. (p.189)

Assim como no romance machadiano, as *Memórias de um gigolô*, também narradas em primeira pessoa, fazem referência a escritores canônicos. Sucessor de Brás, Mariano é uma personagem avessa ao trabalho fixo e hábil articulador de frases irônicas, com o *humour* refinado de um malandro que conhece a supremacia da embalagem sobre o caráter:

Dentro de uma roupa de tecido anglo-saxão, sofro imediata metamorfose em benefício inclusive do meu vocabulário. Torno-me mais seguro, independente, resoluto, arrojado e aristocrata. (ibidem, p.107)

Eu, com um terno novo, sou um perigo e venço qualquer preconceito. Com um vinco perfeito, meto a cara, falo grosso, convenço, conquisto corações, conto mentiras, exibo a cultura dos almanaques e perco o medo do mundo. (ibidem, p.161)

Era homem que podia cruzar as pernas em qualquer ambiente, sem fraturar aquela linha reta que marcava minha personalidade. Até meus pijamas tinham friso, distintos, positivos, definidos. (ibidem, p.212)

Outros detalhes permitem aproximar a narrativa de Marcos Rey da prosa machadiana. Na estrutura de ambos os livros, os números romanos e títulos sintéticos dos capítulos. No conteúdo, o triângulo amoroso, envolvendo ambos os protagonistas (Virgília e Lu); a corrupção de tudo e todos em função do dinheiro fácil; os elementos que fa-



zem do romance um conjunto de crônicas sobre São Paulo e seus tipos bem marcados; os diálogos fingidos e as intervenções azedas do narrador. “Tudo isso era bom, era ótimo, principalmente por causa dos martínis com azeitona à beira da piscina, mas juro-lhes que logo depois ficou ainda melhor – *tão melhor, que vale abrir um capítulo novo*” (ibidem, p.102, grifo meu).

Acima de tudo, é machadiano o breve e patético final deste interessante e muito bem escrito romance. Auge e decadência, amor e dinheiro, integridade e corrupção, “galhofa e melancolia”, perfazem uma trajetória paradoxal, tragicômica, escorregadia. Trata-se de outro belo exemplar sob a tutela de uma poética “malandra”, por assim dizer.

## Referências

- ALMEIDA, Manuel Antônio de. *Memórias de um sargento de milícias*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.
- ANJOS, Cyro dos. *O amamuense Belmiro*. Rio de Janeiro: Garnier, 2002.
- AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. São Paulo: Ática, 2000.
- BOSI, Alfredo. Situação e forma do conto brasileiro contemporâneo. In: \_\_\_\_\_. *O conto brasileiro contemporâneo*. 3.ed. São Paulo: Cultrix, 1978.
- CANDIDO, Antonio. *O discurso e a cidade*. 3.ed. São Paulo: Duas Cidades; Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004.
- CASTRO ROCHA, João Cezar de. Dialética da marginalidade. *Folha de S.Paulo*, Caderno Mais! São Paulo, 29.2.2004.
- DAMATTA, Roberto. *Camavais, malandros e heróis*. 6.ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- FONSECA, Rubem. *A grande arte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- FORSTER, Edward Morgan. *Aspectos do romance*. Trad. Sergio Alcides. 4.ed. São Paulo: Globo, 2005.
- LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Numa e a ninfa*. Rio de Janeiro: Garnier, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá*. São Paulo: Ática, 1997.

- LINS, Paulo. *Cidade de Deus*. 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992.
- MARQUES REBELO. *Marafa*. 4.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.
- MOISÉS, Massaud. *História da literatura brasileira – Modernismo*. 5.ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- REY, Marcos. *Memórias de um gigolô*. 15.ed. São Paulo: Ática, 2001.